

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE ITAMONTE

*Paulo Paranhos **

Resumo: Um núcleo de povoamento bandeirante: Itamonte, sul das Minas Gerais.

Abstract: A nucleus of settlement bandeirante: Itamonte, south of Minas Gerais.

Introdução

Considerados como um dos principais meios de penetração dos bandeirantes no interior do Brasil, os rios formaram um sustentáculo formidável para que a gente saída do planalto de Piratininga alcançasse com êxito a região das minas de ouro e pedras preciosas que buscavam desde o momento em que a Coroa portuguesa optou pela colonização das terras descobertas em 1500.

Parte da história de Minas Gerais não seria possível de ser contada sem a cumplicidade dos cursos de água que regam, fertilmente, toda a sua região sul. Assim é que rios como o Verde, o Baependi, o Grande, o Passa Quatro, o Aiuruoca, o Sapucaí e todos os seus afluentes e defluentes, concorreram não só para a fixação do homem em sua passagem, mas, sobretudo, abriram oportunidade ímpar na formação de uma nova capitania, a partir de 1709, quando se formou a identidade mineira, em confronto com os emboabas, os “estrangeiros” que lhes queriam espoliar as terras e minas encontradas *com sangue, suor e lágrimas*, através da marcha diuturna em busca do futuro.

Ainda que lhes fustigassem os mais diversos e terríveis infortúnios, coube aos bandeirantes o alargamento das fronteiras portuguesas, empurrando vigorosamente para oeste o Meridiano de Tordesilhas, formando um patrimônio pessoal, fundando povoados e vilas, dando ensejo ao surgimento de novos núcleos populacionais, forjando, enfim, a identidade do brasileiro, em primeiro plano, e em seguida, a do mineiro, através da fixação em terras que seriam pontas de lança para novas conquistas territoriais.

A origem da história de Minas Gerais, das “minas do descoberto”, ou das “minas dos cataguás” está na gênese de uma história regional que se perpetuou, em grande quantidade, da tradição oral para compor os quadros da História

do Brasil. É, na realidade, a história de paulistas que se aventuraram em busca de ouro e de pedras preciosas, fisciando ribeirões e lavrando as encostas das montanhas. Essa história teve como moto gerador o poder do ouro e da prata em uma Europa necessitada desses meios para acelerar o comércio internacional e uma incipiente indústria doméstica, procurando, desta forma, o recrudescimento da acumulação de riquezas em seus cofres reais.

Iniciou-se, assim, uma história que se arrastou ao longo do século XVIII, trazendo riqueza, poder e prosperidade para uns poucos e miséria e má sorte para muitos. No entanto, essa história não foi igual em todo o território das Minas Gerais e, em grande parte dele, houve aspectos diferenciais, não incluídos no modelo idealizado para a fervilhante região das minas de ouro e diamantes. É o caso do sul do território mineiro.

A história do sul das Minas Gerais começa a ser elaborada, também, a partir do século XVII, com expedições bandeirantes que avançaram pelo interior do Brasil, intensificando-se no início do século XVIII, ocasião em que diversos arraiais formaram-se pelos desbravadores da então colônia portuguesa na América.

É fato incontestável entre os historiadores que os fundamentos de Minas Gerais, o princípio mesmo de sua civilização, advieram dessas bandeiras paulistas que, passando de São Vicente, alcançaram o planalto de Piratininga e, a partir da povoação estabelecida com a fundação do Colégio de São Paulo, desceram pelo rio Paraíba do Sul, povoando, aos poucos, regiões como Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá e, daí, rumando para o interior por uma garganta natural existente na Mantiqueira, alcançaram, através do rio Passa Quatro, os rios Sapucaí e Verde, que, por sua vez, levariam os entradistas aos rios Grande, das Mortes, das Velhas e São Francisco.

Revela-se, desta forma, uma parte da história do povoamento do sul de Minas Gerais, onde foram erguidos arraiais e vilas que fariam a grandeza da região, quase que *pari passu* com a grandeza da região das minas de ouro e diamantes, onde pontificaram vilas como as de Sabará, Vila Rica e Mariana. A história do sul das Gerais também é uma história de bandeirantes que ali fincaram seus sonhos e suas esperanças de vida. Os mineiros do sul, sem dúvida, souberam dar continuidade a essa obra: Campanha, Baependi, Aiuruoca, Pouso Alto, Itanhandu, Passa Quatro e Itamonte, são cidades dessa região que se caracterizaram como rota de bandeiras para o interior do território. Cada uma delas tem uma característica própria e que a torna singular no cenário histórico nacional, quer contribuindo para o engrandecimento econômico regional, quer expondo suas belezas naturais, atraindo turistas dos mais variados rincões do país e do exterior.

Neste artigo descrevemos um desses significativos núcleos de povoamento bandeirante que deu ensejo à porta de entrada das Terras Altas da Mantiqueira: Itamonte.

Transpondo a Mantiqueira

A garganta do Embaú foi o caminho mais batido pelos primeiros sertanistas que se internaram com ordens do então governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, ainda que um ou outro utilizasse o vale do Piracuama para, através do rio Sapucaí, alcançar o Verde, caso, por exemplo, de Gaspar Vaz da Cunha que em 1703 teria aberto um caminho - o primeiro existente - de Pindamonhangaba na direção do rio Sapucaí, caminho este seguido, inclusive, por Miguel Garcia na expedição comandada por Lourenço Taques, desbravador das minas de Itagyibá e de grande parte do sul das Minas Gerais.

Na Serra da Mantiqueira, comprovadamente, havia três passagens, o que confundiu, por muito tempo, os historiadores: a primeira delas, por Jacaré, pelo passo do rio Buquira; a segunda, por Tremembé, pelos vales dos rios Piracuama e Sapucaí e a terceira, descendo por Guaipacaré (Lorena), atingindo a garganta do Embaú pelo rio Passa Vinte.

As bandeiras que partiram do planalto de Piratininga eram normalmente chefiadas por um dos principais homens da capitania e a maior parte tinha sangue mestiço. Eram chamados de mamelucos, exemplos típicos os de Belchior Carneiro, André Fernandes e os dois Anhangueras. Outros eram portugueses da metrópole, como Antonio Raposo Tavares, Jerônimo Leitão e Jorge Correia. Havia, ainda, os brasileiros, paulistas de nascimento e sem mescla com indígenas, como Fernão Dias Paes, homens de São Vicente, de Piratininga e depois de Taubaté. Aventuravam-se através de rios e trilhas que constituíam o então sistema de viagem fluvial e terrestre, através de campos e florestas úmidas.

Dentre as primeiras bandeiras que se aventuraram pela Mantiqueira podemos anotar a de Braz Cubas e Luis Martins que, partindo de Santos ou de Piratininga, por volta de 1560, e passando pelas terras do primeiro (na atual Mogi das Cruzes), desceram pelo rio Paraíba, guiados por alguns indígenas, até a paragem da Cachoeira (atual Cachoeira Paulista), onde encontraram o caminho que os levou à hinterlândia mineira, atravessando rios como o Verde, o Grande, o das Velhas até alcançar o São Francisco.

Um outro português, Martim Corrêa de Sá, entrou em Minas Gerais no ano de 1597. Em sua companhia levou o inglês Anthony Knivet, que já o havia acompanhado em incursões pelo sertão, com a finalidade de aprisionar indígenas. Martim de Sá teria vindo de Paraty e, transposta a serra do Mar, depois de atravessado o vale do Paraíba, teria alcançado o vale do rio Verde, pela garganta

do Embaú.

No início, os paulistas eram apenas entradistas em busca de índios para a escravização e venda para as lavouras canavieiras; pouco, ou quase nunca, estabelecendo-se fora de sua província. No entanto, nos fins do século XVII uma notícia importante espalhou-se no meio bandeirante: a descoberta de ouro nas terras dos “cataguás”.

Transposta a Mantiqueira, os primeiros arraiais na região das Minas Gerais surgiram a partir de 1675 pela ação desses bandeirantes, tendo, contudo, a mineração atraído os povoadores para locais mais distantes, formando, por um longo tempo, um foco de deserto entre a origem de sua chegada e a região das minas, situação esta responsável pela lentidão do povoamento das zonas intermediárias.

A ocupação do território mineiro

Em 1710, o primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, criou o distrito das minas. Em 1714 seria assinado o termo de repartição das três primeiras comarcas de Minas: Rio das Mortes (São João Del-Rey), Vila Rica (Ouro Preto) e Rio das Velhas (Sabará).

Por Alvará régio de 21 de fevereiro de 1720, aconteceu a separação do distrito das minas da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, passando o distrito a se constituir na Capitania das Minas Gerais, estabelecendo-se oficialmente a 2 de dezembro do mesmo ano sob a liderança do Conde de Assumar. Adriana Romeiro e Ângela Vianna Botelho nos lembram que o momento marcou *a divisão de todo aquele distrito, que até agora estava na jurisdição de um só governador, em dois governos e dois governadores deliberando-se por limites no sertão pela parte que confina com o governo das Minas os mesmos confins que tem a Comarca da Ouvidoria de São Paulo com a Comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes*.¹

Na realidade, a ocupação primitiva do território mineiro ocorreu na segunda metade do século XVII e por essa época seriam instituídas as primeiras vilas na região mineradora central, espalhando-se, tanto a população pelo território, quanto o avanço da semente povoadora, levando a que, nos meados do século XIX, praticamente todos os quadrantes da capitania possuíssem significativos núcleos urbanos, assim como o extremo noroeste, com Paracatu; o nordeste, com Minas Novas; o sul, com Campanha; o leste, com Mariana, numa sucessão de vilas refletindo tanto a itinerância da atividade mineradora quanto as exigências de diversificação produtiva que ela trouxe consigo, fosse pela necessidade de abastecimento, fosse pelo previsível e iminente esgotamento das minas de ouro.

A partir dessa definição e considerando-se a presença significativa de toda sorte de gente na região mineradora, as Minas Gerais do século XVIII exibiam uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas complexas, de mobilidade social, de vida cultural ativa, porém, tudo nos limites daquilo que era imposto à colônia. Havia, a bem da verdade, uma sociedade urbana que se estruturava paulatinamente.

Já no sul do território, lentamente, surgiram povoados mais estáveis, onde os mercadores faziam suas compras das mãos de comerciantes que traziam mercadorias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, nessa leva, é provável que tenham nascidos muitos dos arraiais ali situados mesmo por que num determinado momento, o esgotamento das minas e a crescente demanda por alimentos estimularam a migração da população da região mineradora, ainda que de forma tímida, para outras regiões, principalmente a Zona da Mata, propícia ao plantio do café, e o sul, aproveitando-se sua geografia que havia servido à penetração dos bandeirantes que fuscaram ouro na região.

Aliás, a região sul de Minas Gerais começou a ser mais densamente povoada a partir da década de 1740, a oeste do rio Sapucaí. Senão vejamos: José Pires Monteiro descobre ouro na margem esquerda do Sapucaí; em 1746, Francisco Martins Lustosa é nomeado guarda-mor regente das descobertas do ouro e da região do Sapucaí; em 1755, Pedro Franco Quaresma descobre ouro na região de São Carlos do Jacuí e começa o seu povoamento. No limiar do século XIX a ampliação do quadro da ocupação humana regional e da expansão dos seus habitantes deu margem à formação de novas povoações e ao crescimento de alguns antigos povoados ou arraiais que foram então, segundo dados registrados pelo Dr. Joaquim Ribeiro Costa², elevados à categoria de vila. Assim é que, nessas áreas, anotamos a passagem à condição de vila de três povoações: Campanha da Princesa da Beira, em 1798; Santa Maria do Baependi, em 1814 e Aiuruoca em 1834, após elas, outras de igual importância e distritos que se tornariam, adiante, significativos núcleos populacionais, como o caso de Itamonte.

Teorizando sobre o surgimento de Itamonte

Na gênese de Itamonte aparecem fatos e personagens, a maior parte consignada na tradição oral, e, dentre tantos, começamos com uma informação que, por volta de 1599 ou 1600, o inglês Anthony Knivet teria levado para o Rio de Janeiro *amostras de ouro de Itapucu ou Pedra do Picu, na Mantiqueira*.³ Conforme assinalo na obra *Terras Altas da Mantiqueira, o caminho do ouro das Minas Gerais*, encontrei na Biblioteca Municipal de Itamonte um estudo sobre a região, em xerocópia, sem qualquer identificação de autor, levando tudo a crer que realmente se tratasse de um livro sobre o município. Infelizmente nem com a

boa vontade da bibliotecária, que teve a preocupação de coligir em uma pasta tudo aquilo que se refere à cidade, conseguiu-se identificar o autor de tão valiosa obra para o resgate da história de Itamonte.⁴

Ali também anotei uma referência a um suposto “caminho de Glimmer”, tudo levando a crer que se tratasse da passagem de Itamonte para a cidade de Resende, através da atual garganta do Registro, que teria sido aberta pelo holandês Wilhelm Glimmer. A referência merece algumas considerações, vez que não encontrei indícios seguros sobre essa afirmação.

Wilhelm Jost ten Glimmer, mineralogista holandês que participou da bandeira de André de Leão, em 1601, deixou um relato que foi publicado em Amsterdã sobre as andanças daquela bandeira. Trechos dele foram transcritos na obra do Dr. Washington Luis, insigne historiador pátrio. A expedição, segundo aquele holandês, desceu o rio Paraíba do Sul até a “região encachoeirada”, isto é, na altura da atual cidade de Cachoeira Paulista (conforme mesmo está descrito em vários outros relatos), e ali saíram das canoas, *caminhando a pé ao longo de um outro rio que nasce do lado ocidental e não se presta à navegação*.⁵ Depois de cinco dias, alcançaram a raiz de um “monte altíssimo”, transpondo-o, desceram a “uns campos mui descortinados”, vendo-se ali grande quantidade de pinheiros.

Pelo que levantamos e interpretamos em estudos de diversos autores, a descrição não combina com nada parecido com a entrada por Resende, mesmo por que: 1º) não existe ali rio expressivo que venha do lado ocidental correndo em direção à subida do Itatiaia; 2º) não existem cachoeiras significativas no Paraíba do Sul, após aquelas de Cachoeira Paulista, até a chegada à atual cidade de Resende, que impeçam a navegação por canoas; 3º) os mencionados “campos descortinados” não são visíveis do alto do Itatiaia; aliás, para este item trouxe o testemunho do Dr. Horácio de Carvalho que em sua obra⁶ anotou que do alto (não da garganta) das Agulhas Negras avistavam-se montes, serras e colinas e não campos abertos, descortinados; 4º) a primeira notícia que se tem da descoberta de ouro em Aiuruoca data de 1705/1706, pelo bandeirante João de Siqueira Afonso, o que poderia determinar, a partir daí, uma busca de rota alternativa para o Rio de Janeiro sem passar pelos registros fiscais, mais especificamente o de Capivari. Existem documentos que informam a abertura de picadas clandestinas no século XVIII para levar o ouro de Aiuruoca para o outro lado da Mantiqueira, recebendo severa punição da Coroa aqueles que burlassem as ordens reais que vedavam passagens não autorizadas.

Ora, se a expedição de André de Leão, entre 1601 e 1602, passou por um caminho traçado pelas terras da atual Itamonte para atingir o rio das Velhas, estaria, na realidade, dando uma grande volta, porque um atalho (se é que havia um à época) por Aiuruoca abreviaria o tempo da expedição e, isto está compro-

vado, não foram encontrados quaisquer vestígios de ouro no caminho da bandeira de André de Leão, e, por fim, 5^o) o caminho pela garganta do Embaú já estava largamente difundido entre os sertanistas que demandavam de Piratininga e do Rio de Janeiro, como foi o caso de Martim Correia de Sá (1597) e João Pereira de Souza Botafogo (1596). É de se questionar, então, o porquê de a bandeira de André de Leão descer mais ao norte para buscar uma passagem incerta e desconhecida; aliás, não temos, até então, notícia de nenhuma expedição que viesse do Rio de Janeiro aventurando-se por lugares que não os conhecidos de Parati, Cunha, Guaratinguetá e daí, transpondo a Mantiqueira pelo Embaú, se internassem nos “sertões” mineiros. O próprio governador Arthur de Sá Menezes, iniciando suas viagens às “minas dos cataguás”, em 23 de agosto de 1699 (quase cem anos depois), toma o rumo do Caminho Velho, via Parati, que era à época o único acesso a partir do Rio de Janeiro, levando-se, em média 100 dias, sendo 47 em marcha.⁷

Vejamos outra hipótese para a gênese de Itamonte: segundo dados constantes no Arquivo Público Mineiro⁸, em 1780 Francisco Antonio Rebelo teria sido comissionado pelo governador do Rio de Janeiro para examinar algumas minas de ouro existentes na região de Alagoa e de Aiuruoca, retornando com a informação de que na região já existia uma picada por onde se comunicavam os sertanejos com os habitantes de Paraíba Nova, também conhecida como Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre, que daria origem, mais tarde, à Vila de Resende.

Sobre esta passagem, o Dr. Antonio Izaías Abreu observa com relação aos primórdios de Resende que a colonização da região se deu em 1744, ocasião em que, *procedente de Aiuruoca, após romper matas do tenebroso e ínvio sertão em demanda dos rios auríferos da região de Itatiaia, na serra da Mantiqueira, e procurando também trazer a civilização aos gentios, conforme prometera ao governador D. Luiz de Mascarenhas, ali foram ter Simão da Cunha Gago e um grupo de aventureiros que o acompanhou, entre eles o padre Felipe Teixeira Pinto, estabelecendo-se à margem esquerda do rio Paraíba e deram ao lugar o nome de Campo Alegre da Paraíba Nova.*⁹

Outro importante historiador fluminense - monsenhor Pizarro e Araújo -, anotou que o coronel Simão da Cunha Gago teria, para encobrir a busca ilegal de ouro na região de Aiuruoca, obtido licença do governador D. Luis de Mascarenhas *para entrar em conquista do gentio, assim rompendo afoitamente os matos, atravessando rios e chegando às margens do conhecido com o nome de Paraíba, em fins do ano de 1744, ou já no princípio do seguinte.*¹⁰ É significativo anotar que o referido monsenhor obteve essas informações em 1800, quando visitou a região de Resende, em conversas com Máximo Barbosa (à época com 87 anos de idade), que fora contemporâneo de Simão da Cunha Gago na suas incursões pela região.

Itamar Bopp, historiador resendense, consignou em uma de suas obras que em 21 de agosto de 1775 o padre Henrique José de Carvalho, então vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre (atual Resende), *solicitava às autoridades paulistanas autorização e apoio para construir uma estrada que, partindo de Campo Alegre, fosse a Aiuruoca, aproveitando-se, por certo, o atalho por onde descera, em 1744, o coronel Simão da Cunha Gago para estabelecer-se, com fazenda, na Paraíba Nova.*¹¹

O padre justificava seu pedido, naquela oportunidade, argumentando que *o caminho que daqui seguia para a Aiuruoca tem distância de nove léguas medidas pelos seus abertores (sic) até o arraial da Alagoa o mais populoso do continente, e isto com o seu primeiro risco, que se fosse atalhado ficava reduzido a muito menos distância... o motivo da sua tapagem foi meramente a emulação dos moradores do caminho novo das Minas, que introduziram ao Sr. José Antonio que por ele se faziam os extravios do ouro, e diamantes, quando é certo que nunca se apanhou sujeito algum compreendido em semelhante delito.*¹²

Assim, tudo leva a crer que o caminho que hoje encontramos ligando Itamonte a Resende, pela região das Agulhas Negras, estava, senão totalmente aberto e transitável, pelo menos com uma pré-formação de estrada por volta do segundo quartel do século XVIII e não antes disso.

A partir do arraial de Campo Alegre, rasgava-se uma terceira brecha na floresta das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, o que viabilizava, sobretudo, o contrabando do ouro, sem passar pelos registros existentes, tanto no Embaú quanto no Paraibuna. Aliás, uma Ordem de 9 de abril de 1745 proibiu o uso do caminho que ia das minas de Aiuruoca para o Rio de Janeiro, que fora usado também por Antonio Gonçalves de Carvalho, sendo tal ordem reforçada, adiante, proibindo-se a abertura de novas picadas na região – Aviso de 22 de janeiro de 1756 -, que ratificava as determinações da Ordem Régia de 26 de setembro de 1733.

Porém, assinala ainda monsenhor Pizarro e Araújo, que em 4 de dezembro de 1816, uma determinação real, *em atenção à cultura das terras, comércio pelo interior, e navegação dos rios, ordenou a abertura de muitas e diferentes estradas*¹³, inclusive na região aqui indicada.

Waldemar Barbosa anota que em 1818 *um abaixo-assinado dos moradores da região pedia licença para construir um atalho da capela de Santana do Capivari ao Picu, a fim de facilitar a comunicação com o Rio de Janeiro.*¹⁴ Os signatários daquele pedido, datado de 2 de dezembro, liderados pelo procurador João José de Miranda, prontificavam-se a construir um quartel que servisse para o Registro do Picu.¹⁵



O Picu

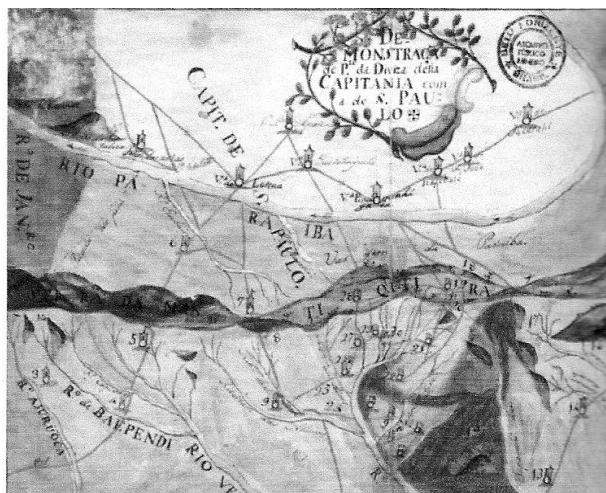
A título de ilustração, transcrevemos trechos daquele pedido que encontrei na obra de José Pedro Xavier da Veiga: ... onde se pode dirigir a estrada mais reta e por melhor terreno, poupando-se cinco dias de marcha às tropas, que daí sobem em número de mais de três mil. Esta diferença é assaz sensível, e de suma importância e interessa aos Suplicantes e aos moradores desta Corte pela abundância que de duplicadas viagens que assim podem fazer, vêm necessariamente a todos. Por isso recorrem os Suplicantes a Vossa Majestade a implorar de seus paternais cuidados licença para, à sua custa, abrirem a nova estrada da Capela do Capivari ao Picu no alto da Mantiqueira, e daí atravessando em rumo direto ao Paraíba vir buscar a estrada abaixo da Vila das Arêas... oferecendo-se demais os Suplicantes para fazerem o aquartelamento para o Registro, que se mudando para o dito Picu ficam não só bem fiscalizados os Direitos Reais, mas até hão de ter considerável aumento...¹⁶

A Câmara de São João Del-Rey, a quem estavam subordinados os interesses da localidade, negou essa pretensão, parecendo ter total desconhecimento da Carta Régia datada de 1816, que permitia a abertura de novos caminhos não só em Minas Gerais como em todo o Brasil.

O atalho, de qualquer forma, foi aberto e referendado pela Ordem Régia de 23 de março de 1819. Da margem do Capivari, logo adiante de Pouso Alto, esse atalho dirigia-se diretamente para a Mantiqueira, atravessava a serra, ao lado do Picu, encontrando a picada aberta por Simão da Cunha Gago e Antonio Gonçalves, e descia do outro lado atingindo o rio Paraíba do Sul.

A foto seguinte mostra os caminhos de São Paulo e Rio de Janeiro para as minas, com representação do atalho do Alto Picu, de Capivari no sul de Minas Gerais para as margens do Rio Paraíba, conforme mapa de ca. 1800 existente no

Arquivo Público Mineiro e que está reproduzido na obra de Antonio Gilberto Costa.¹⁷



O atalho do Picu (na Mantiqueira, à esquerda do mapa)

Tempos históricos

Surgiu, assim, na região, o quartel do registro, o pouso e dele o nome primitivo de Pouso do Picu. Diante disto, podemos considerar que da mesma forma que o antigo Registro do Capivari, existente nas terras da atual Itanhandu, fora deslocado para uma posição mais estratégica, no terceiro quartel do século XVIII para o Embaú, também o Registro do Picu teria sido deslocado, já no século XX, para uma posição mais elevada, especificamente na atual garganta do Registro, exatamente na divisa entre as cidades de Itamonte e Itatiaia (esta emancipada de Resende em 1988).

Pouco tempo depois, na região entre o Capivari e o Picu, seria erguida uma capela em louvor a São José, ficando o arraial ali constituído conhecido como São José do Picu, referendado que fora pela Lei nº 138, de 3 de maio de 1839.

Importa assinalar que a história de Itamonte confunde-se, em muitas ocasiões, com as histórias de Baependi, Itanhandu e, principalmente, Pouso Alto, daí porque as referências que são feitas a essas localidades, consideradas fundamentalmente importantes na formação de Itamonte.

De início, verificamos que a Lei nº 2.079, de 19 de dezembro de 1874 elevou à condição de município o distrito de Pouso Alto, incorporando a ele a paróquia de São José do Picu, que vinha a ser, anteriormente, paróquia de Baependi por força da transferência da sede de Capivari, através da Lei nº 1.659, de 14 de novembro de 1870.

A atual cidade de Pouso Alto denominava-se paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto por força do Alvará de 16 de janeiro de 1752 e compreendia as paróquias de São José do Picu, Passa Quatro e o distrito de Virgínia e, em 1903, incorporaria o distrito de Santana do Capivari, que já era curato da paróquia de Pouso Alto e fora elevado à paróquia através da Lei nº 138, de 3 de maio de 1839.

A sede da embrionária Itamonte foi transferida para as terras de São José do Picu, por Lei nº 1.659, de 14 de setembro de 1870, sendo digno de nota aqui o nome do major Francisco Oliveira Costa, grande impulsionador do distrito então criado.

A paróquia foi recriada por força de lei, a de nº 2.544, de 6 de dezembro de 1879. A matriz de São José data de 4 de novembro de 1880.

A comitiva imperial, em suas andanças pelo sul de Minas Gerais, passaria por São José do Picu rumando pelo já transitável caminho que ligava as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atravessando a atual garganta do Registro. O imperador teria sido recebido com grandes honras e hospedado no alto da serra, assistindo missa, posteriormente, na capela consagrada a São Francisco de Assis, ainda ali existente.

São José foi, adiante, vinculado a Pouso Alto e transformado em distrito pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, que criou, inclusive, outros 35 novos municípios e 97 distritos, sendo um deles o de São José do Itamonte, incorporando-se ao novel município de Itanhandu.

Em 17 de dezembro de 1938 veio à luz o Decreto-Lei estadual nº 148, considerado o mais significativo ordenamento em termos de normatização das divisões administrativas na criação dos municípios mineiros a partir dali. Por esse decreto nasceu o município e cidade de Itamonte com 2 distritos: o da sede e o de Alagoa, sendo que este último seria transformado em município pela Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962.

Notas

1. *Dicionário histórico das Minas Gerais*, p. 69.
2. *Toponímia de Minas Gerais*.
3. Citado por Francisco de Assis Carvalho Franco, p. 203.
4. Edição de 2005, p. 83.
5. *Na Capitania de São Vicente*, 1976, p. 45.
6. *Itatyáia, ascensão às Agulhas Negras*.

7. Citado por Enéas Martins Filho, *Os três caminhos para Minas Gerais*, p. 187.
8. Revista de 1908, ano XIII.
9. *Municípios e topônimos fluminenses*, p. 89.
10. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. 5, p. 36.
11. *Notas genealógicas*, p. 222.
12. Idem, p. 223.
13. Obra citada, p. 286.
14. *Dicionário histórico-geográfico das Minas Gerais*.
15. O Registro do Picu está mencionado no Catálogo de Documentos Integrantes do Segmento do Antigo Arquivo da Casa dos Contos e sua localização era nas imediações da montanha de mesmo nome.
16. *Ephemerides mineiras*, v. 4, p. 297.
17. “Demonstração de parte da divisa desta Capitania (de Minas Gerais) com a de S. Paulo ca. 1800”. APM (SC-010).

Referências bibliográficas

- ABREU, Antonio Izaías da Costa. *Municípios e topônimos fluminenses*. Niterói: Imprensa Oficial, 1994.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, mons. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, v. 5.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BOPP, Itamar. *Notas genealógicas*. São Paulo, 1987.
- CARVALHO, Horácio de. *Itatyáia, ascensão às Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Lammert, 1900.
- COSTA, Antonio Gilberto, org. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- LUIS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. 2.ed. São Paulo: Martins, 1976.
- MARTINS FILHO, Enéas. *Os três caminhos para as Minas Gerais*. Anais do Congresso comemorativo do bicentenário de transferência da sede do governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1966.
- PARANHOS, Paulo. *Terras Altas da Mantiqueira, caminho do ouro das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Verbete, 2005.
- ROMEIRO, Adriana, BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras (1664-1897)*. Snt, 1926.

* Paulo Paranhos é Historiador.